

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cime Lima

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 1º de abril de 1993

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Econ - Brasil Conjunto de indefinições

Sob o aspecto social, é justificável a decisão do presidente Itamar Franco de conceder um reajuste de 33% aos servidores civis e militares da União, que será pago já em março. A decisão foi caracterizada como emergencial, tendo o governo ficado de elaborar até maio uma política salarial definitiva para o funcionalismo, com diretrizes claras, de modo a evitar que os aumentos do pessoal continuem sendo periodicamente um problema não menos político do que administrativo.

Vê-se que o governo se esforça para conter a deterioração da máquina burocrática, mas há de se convir que as circunstâncias não são favoráveis no momento. Ao ingressarmos no quarto mês do ano, tudo faz crer que, através de acordo de lideranças, o projeto de lei orçamentária para 1993 seja aprovado pelo Congresso Nacional. É um avanço, sem dúvida, mas que propõe um enorme desafio. Segundo a ministra do Planejamento, Yeda Crusius, há uma distância na casa de US\$ 10 bilhões entre o orçamento votado pelo Congresso e a possibilidade de sua execução.

Sem meias palavras, há um déficit orçamentário que se situa entre US\$ 9 bilhões e

US\$ 10 bilhões, a depender do enxugamento que o próprio Congresso se sentiu na obrigação de fazer, eliminando cerca de oitenta despesas ao projeto. Não se pode dizer que o aumento do funcionalismo vai agravar tanto assim a situação, uma vez que os impostos também são mensalmente corrigidos pela Unidade Fiscal de Referência (Ufir). Mas as despesas decorrentes não serão fáceis de acomodar, em função, principalmente, da isonomia de vencimentos, nos diversos cargos ou funções, dos servidores da União. Além disso, o orçamento para 1993 não tem previsão para o pagamento dos 147% aos aposentados.

Já que não será possível utilizar o recurso clássico do "contingenciamento", o governo lançará mão de algum instrumento e ressuscitará alguma norma ou dispositivo de governos anteriores, para "redefinir prioridades", para usar a expressão da ministra Yeda Crusius. A não ser que, em função de um ritmo mais acelerado de atividade ou por obra e

graça do tão controverso Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), seja viável equilibrar o orçamento, evitando um déficit primário (receitas menos despesas, excetuados os encargos da dívida).

Essa possibilidade existe, mas parece remota. Há indícios de reativação da economia, mas eles estão ainda muito longe de configurar uma tendência. Houve uma certa recuperação do salário real, as taxas de juro reais estão algo mais baixas, as vendas melhoraram, mas os investimentos tardam, dado o conjunto de indefinições na economia.

A custo, o governo vem conseguindo manter a inflação em torno de 25% ao mês, uma taxa muito parecida com o multiplicador que o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) embutiu na peça orçamentária (24,5%). Os índices de preços, a cada semana, captam leves variações para cima e, realisticamente, não há perspectiva de inflação descendente e nem o governo se arrisca a promê-lo.

Em vista disso, não chega a ser pessimista a previsão do J. P. Morgan de que o PIB brasileiro não crescerá mais do que 1% em 1993. O produto real poderá ser impulsionado um pouco mais pelas exportações líquidas (exportações menos importações). Presumivelmente, teremos também um saldo positivo na balança comercial neste ano, e ele pode ser robusto. Mas também nesse ponto nos encontramos no escuro. O Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que deveria desburocratizar o comércio exterior pela informatização, ainda carece de adaptações. Admite-se que o sistema seja agilizado para não atrapalhar as exportações, mas demoram as estatísticas que injetam ânimo.

Assim, em ritmo morno, o País caminha para o plebiscito de 21 de abril. Uma das razões para a antecipação da consulta popular foi a de não confundi-la com a sucessão presidencial, acreditando-se que, a dezessete meses do pleito de 3 de outubro de 1994, não haveria candidaturas postas. Elas, porém, já estão aí na mesa, podendo tornar a administração pública, no restante do mandato do presidente Itamar Franco, particularmente indigesta.